



03	8509573-89.2021.8.06.0000	Francisco Silveira de Lima Neto	04 c/ pernoite 01 s/ pernoite	179,78	89,89	809,01	-	809,01	14,15,16,17 e 18 de junho	Paraipaba, Uruburetama, Apuiarés e Caridade	Fiscalizar serviço de dedetização
04	8509573-89.2021.8.06.0000	Cleber de Souza Marinho de Medeiros	04 c/ pernoite 01 s/ pernoite	179,78	89,89	809,01	-	809,01	14,15,16,17 e 18 de junho	Paraipaba, Uruburetama, Apuiarés e Caridade	Fiscalizar serviço de dedetização
05	8509574-74.2021.8.06.0000	Francisco das Chagas Chaves	01 s/ pernoite	-	89,89	89,89	-	89,89	01 de junho	Maracanaú	Realizar inspeção nas instalações para acomodar os bens apreendidos

PORTARIA Nº 910/2021

Estabelece a escala do Plantão Judiciário a ser observada pelas unidades judiciárias do interior do Estado do Ceará.

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, etc.

CONSIDERANDO as disposições constitucionais inseridas pela Emenda Constitucional nº 45, de 31 de dezembro de 2004, em especial pelo art. 93, inciso XII, concernente à continuidade da prestação jurisdicional nos dias em que não houver expediente normal no âmbito do 1º grau de jurisdição;

CONSIDERANDO o que estabelece a Resolução nº 244, de 12 de setembro de 2016, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a regulamentação do expediente forense no período natalino, da suspensão dos prazos processuais e dá outras providências;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 16, de 22 de novembro de 2007, do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que regulamenta o Plantão Judiciário do Interior do Estado e dá outras providências;

CONSIDERANDO as disposições das Resoluções nº 17 de 15 de dezembro de 2011, do Tribunal Pleno, nº 10 de 27 de setembro de 2013 e nº 29 de 23 de novembro de 2016, ambas do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, que tratam sobre regime de plantão judiciário em primeiro e segundo graus de jurisdição no período natalino e dá outras providências;

CONSIDERANDO as disposições da Portaria nº 56, de 26 de janeiro de 2021, que estabeleceu expediente forense normal para os dias 15 e 16 de fevereiro de 2021 (Carnaval), e designou as unidades judiciárias escaladas para os referidos plantões, para atuarem nos dias 3 e 4 de julho de 2021, mantendo-se inalteradas as demais disposições da escala do plantão judiciário disciplinada na Portaria nº 1720/2020.

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecida a Escala de Plantão a ser observada pelas Unidades Judiciárias integrantes dos Núcleos Regionais que abrangem as Comarcas do Interior do Estado, obedecendo-se ao rodízio previsto na Resolução nº 16, de 22 de novembro de 2007, a ser cumprido no interstício compreendido entre os dias **03 de julho a 19 de dezembro de 2021**, conforme definido nos Anexos I a XX desta Portaria.

Art. 2º Na ocorrência de feriados municipais ou de dias declarados de ponto facultativo, bem como de final de semana prolongado, não previstos nesta Portaria, deverão ser observadas as disposições contidas na Resolução nº 16/2007 e na Resolução do Órgão Especial do Tribunal de Justiça nº 10/2013.

Art. 3º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência do Tribunal de Justiça.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de junho de 2021.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará

[illegible]



ANEXO II.DA - PORTARIA Nº 910/2021																														
ESCALA DE PLANTÃO DO 2º NÚCLEO REGIONAL - JULHO A DEZEMBRO DE 2021																														
RODÍZIO A SER OBSERVADO																														

ANEXO III DA PORTARIA Nº 910/2021

[illegible]

ANEXO V DA PORTARIA Nº 910/2021																																																							
ESCALA DE PLANTÃO DO 5º NÚCLEO REGIONAL – JULHO A DEZEMBRO DE 2021																																																							
Julho											Agosto							Setembro							Outubro							Novembro							Dezembro																
3	4	10	11	17	18	24	25	31	1	7	8	14	15	21	22	28	29	4	5	7	11	12	18	19	25	26	2	3	9	10	12	16	17	23	24	28	30	31	2	6	7	13	14	15	20	21	27	28	4	5	8	11	12	18	19
RODÍZIO A SER OBSERVADO																																																							
Vara Única de Celso																																																							
1ª Vara de Idô																																																							
2ª Vara de Idô																																																							
JEC de Idô																																																							
Vara Única de Ipamirim																																																							
Vara Única de Jaguariçama																																																							
Vara Única de Jaguaribe																																																							
Vara Única de Orós																																																							
Vara Única de Perno																																																							
Vara Única de Solimopole																																																							

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]

[illegible]



ANEXO XII DA PORTARIA Nº 910/2021

ESCALA DE PLANTÃO DO 12º NÚCLEO REGIONAL – JULHO A DEZEMBRO DE 2021

[illegible]



RODÍZIO A SER OBSERVADO	Julho							Agosto							Setembro							Outubro							Novembro							Dezembro														
	3	4	10	11	17	18	24	25	31	1	7	8	14	15	21	22	28	29	4	5	11	12	18	19	25	26	2	3	9	10	16	17	23	24	30	31	6	7	13	14	20	21	27	28	4	5	11	12	18	19
Vara Única de Ametinda																																																		
Vara Única Criminal de Itapipoca																																																		
**Vara Cível de Itapipoca																																																		
**Vara Cível de Itapipoca																																																		
BECC de Itapipoca																																																		
Vara Única de Marco																																																		
Vara Única de Morninhos																																																		
Vara Única de Summa do Acaúli																																																		
**Vara de Trairi																																																		
**Vara de Trairi																																																		
Vara Única de Uruburetama																																																		

[illegible]

[illegible]

[illegible]

Publicação Oficial do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará - Lei Federal nº 11.419/06, art. 4º

ANEXO XVIII DA PORTARIA Nº 910/2021

ESCALA DE PLANTÃO DO 18º NÚCLEO REGIONAL – JULHO A DEZEMBRO DE 2021

[illegible]

[illegible]



EDITAIS, AVISOS E PEDIDOS DE VISTA

EDITAL Nº 56/2021

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a solicitação contida no Ofício nº 561, de 06 de maio de 2021, do então Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE, Desembargador Haroldo Correia de Oliveira Máximo, registrado no Processo Administrativo nº 8507939-58.2021.8.06.0000;

CONSIDERANDO o disposto no art. 120, § 1º, III, da Constituição Federal, que estabelece o mandato de dois Juízes Eleitorais, dentre seis advogados de notável saber jurídico e idoneidade moral, indicados pelo Tribunal de Justiça;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução nº 5, de 1º de junho de 2017, publicada no DJe de 2 de junho de 2017;

CONSIDERANDO o término do primeiro biênio do mandato de Suplente, Classe Jurista, do Dr. Francisco Érico Carvalho Siqueira, a ocorrer em 23 de outubro de 2021,

RESOLVE:

I - Tornar público que se encontram abertas, pelo período de dez (10) dias, a contar da publicação deste Edital, as inscrições para advogado(a)s, regularmente inscrito(a)s na Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Ceará, que queiram concorrer à **formação de lista tríplice para escolha de Membro Suplente do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará – TRE/CE, Classe Jurista**, na vaga decorrente do término do primeiro biênio do mandato do Dr. Francisco Érico Carvalho Siqueira, a ocorrer em 23 de outubro de 2021.

II - O pedido de inscrição, acompanhado dos documentos necessários, deverá ser apresentado junto ao Serviço de Protocolo, na sede do Tribunal de Justiça, às terças e quintas-feiras, de 09 as 13 horas, via WhatsApp (business) 3207770 ou, ainda, pelo e-mail servprotocoloadm.sejud2@tjce.jus.br.

II.a. Recebido o pedido e os documentos que o integram, o Serviço de Protocolo fará a devida autuação no SAJADM-CPA, informando ao(a) interessado(a) o número de protocolo, e os encaminhará à Superintendência da Área Judiciária do Tribunal de Justiça.

III - Deverão acompanhar o pedido os documentos previstos no art. 3º da Resolução nº 05/2017, do Tribunal Pleno, quais sejam:

a) certidão atualizada da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) - Seção Ceará, com indicação da data de inscrição definitiva, da eventual ocorrência de sanção disciplinar e do histórico de impedimentos e licenças, se existentes;

b) certidões atualizadas, emitidas pelos órgãos de distribuição dos Juízos de primeira instância com jurisdição sobre o domicílio do candidato, das Justiças Federal, Eleitoral (quitação, crimes eleitorais e filiação partidária) e Estadual;

c) documentos comprobatórios de que se acha no exercício da advocacia e de que possui 10 (dez) anos, consecutivos ou não de prática profissional;

d) certidão expedida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, atestando o tempo de exercício de advocacia no Foro Eleitoral; e

e) *curriculum vitae*, acompanhado de um memorial, redigido de forma descritiva, contendo comentários pessoais que, a juízo do candidato, sejam relevantes à apreciação de sua postulação.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA, em 09 de junho de 2021.

Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira
Presidente do Tribunal de Justiça

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 211/2017

CONVENIENTES: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Ceará ; **OBJETIVO:** prorrogar por 12 (doze) meses, com início em 16/10/2021 e término em 16/10/2022, o convênio que tem por objetivo a cooperação técnica e/ou administrativa, concernente à cessão recíproca de servidores entre os partícipes, nos termos na legislação vigente; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, com as suas posteriores atualizações ; **DATA DA ASSINATURA:** 28 de maio de 2021; **SIGNATÁRIOS:** Desembargadora. Maria Nailde Pinheiro Nogueira e Manuel Pinheiro Freitas .

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 46/2019

CONTRATANTE: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará; **CONTRATADA:** WEB VIAGENS E TURISMO LTDA; **OBJETO:** prorrogar, por 12 (doze) meses, o prazo do contrato cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada na prestação de serviço de locação de veículos para transporte de autoridades nos demais Estados da Federação Brasileira, com motorista, combustível e seguro total (sem franquia), de forma continuada, por demanda, para atender às necessidades do Poder Judiciário do Estado do Ceará, com início em 13.08.2021 e término em 13.08.2022; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.; **DATA DA ASSINATURA:** 02 de junho de 2021; **SIGNATÁRIOS:** Desembargadora Maria Nailde Pinheiro Nogueira e , Esperidião Gomes de Pinho Filho.

EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 30/2019

CONVENIENTES: Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, Associação dos Notários e Registradores do Ceará, o Sindicato dos Notários Registradores e Distribuidores do Estado do Ceará e o Instituto de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas do Ceará; **OBJETO:** prorrogar por 24 (vinte e quatro) meses, com início em 21.08.2021 e término em 21.08.2023, o presente CONVÊNIO tem por objetivo, a expansão das ações de Mediação e Conciliação, mediante a realização de cursos, nas dependências da ANOREG-CE, do SINOREDI/CE e do IRTDPJ/CE, nos termos da Resolução nº 125/2010 do CNJ;